

23 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO
**Secretário
assume Educação
de Alckmin
como conciliador**

'Quero falar menos e ouvir bastante',
diz ex-presidente do TJ nomeado para pasta

**Ex-presidente do TJ
assume Secretaria
da Educação de SP**

Após 48 dias de indefinição, o governo Alckmin (PSDB) anunciou José Renato Nalini como secretário da Educação de São Paulo. Ex-presidente do Tribunal de Justiça, ele diz que vai promover o diálogo sobre a reforma de ensino suspensa após protestos.



José Renato Nalini, o novo secretário da Educação de SP



Alunos em ocupação da escola Fernão Dias, em São Paulo

CONTINUA

Novo titular vai conduzir reorganização da rede escolar que enfrentou resistência de alunos e professores

THAIS ARBEX
DE SÃO PAULO

Ex-presidente do Tribunal de Justiça de SP, José Renato Nalini, 70, assume a Secretaria de Educação do governo Geraldo Alckmin (PSDB) com um discurso de conciliação.

Após recentes embates do Estado com alunos e professores, ele foi anunciado nesta sexta-feira (22) como substituto de Herman Voorwald, que deixou a pasta em dezembro em meio ao desgaste com as ocupações de quase 200 colégios — promovidas contra a reorganização da rede.

“Vamos começar com muito diálogo, ouvindo a todos. Quero falar menos e ouvir bastante. Todos serão chamados colaborar”, disse Nalini em entrevista à **Folha**. “Queremos retomar o status que as escolas públicas de São Paulo tinham no passado.”

Nalini comandará a pasta com a função de colocar em prática a promessa de “aprofundar o diálogo”, feita por Alckmin ao suspender a reorganização da rede, prevista para este ano e adiada para 2017 depois da resistência de estudantes e professores.

A medida prevê aumentar os colégios com ciclo único (só ensino médio, por exemplo), levando ao fechamento de 92 unidades e à transferência de 311 mil estudantes.

O movimento de alunos contrários à mudança levou à ocupação de quase 200 escolas e resultou na queda de Voorwald. O nome do novo secretário só foi confirmado oficialmente após 48 dias.

“Vou aproveitar esse interesse dos alunos para fazer da escola aquilo que tem que ser feito. Temos de transformá-las em centro de convergência de tudo o que acontece na comunidade, assim como nos países de primeiro mundo”, afirmou Nalini.

“Vou reivindicar para termos um debate aberto. Não é possível fazer emendas em coisas que começaram errado, como fechamento de salas. Se for a mesma reestruturação, não tem lógica”, declarou a presidente da Apeoesp (sindicato dos professores), Maria Izabel Noronha.

DESGASTE

Assessores de Alckmin avaliam que Voorwald não soube conduzir o processo da reorganização escolar, pulando uma das principais etapas, que era a conversa com os pais, alunos e professores.

O antigo secretário também se desgastou ao enfrentar a mais longa greve de professores da história da rede paulista, que durou 89 dias, e ao afirmar que sentia “vergonha” dos resultados da educação em São Paulo.

No fim do ano passado, auxiliares do tucano diziam que as ocupações das escolas tinham adquirido repercussão a ponto de disputar espaço com a discussão do impeachment de Dilma Rousseff.

Nalini, que foi até o ano passado presidente do TJ, diz que “não foi fácil pedir aposentadoria depois de 45 anos de Justiça para aceitar este desafio”, mas afirma se sentir “em casa”, já que é professor desde 1969, quando começou no Instituto de Educação Experimental Jundiaí dando aula de sociologia em aperfeiçoamento para professores.

Em meio à tensão no processo de reorganização das escolas, o TJ convocou reuniões de conciliação e decidiu não conceder a reintegração de posse pedida pelo governo.

Doutor em direito constitucional pela Faculdade de Direito da USP, Nalini contava com o apoio do secretário municipal de Educação, Gabriel Chalita (PMDB), que, apesar de estar na gestão Haddad (PT), é ouvido pelo governador, de quem já foi secretário.

“A educação, que segundo a Constituição brasileira é responsabilidade de todos, está hoje muito a cargo do Estado. Quero fazer com que a sociedade e a família se empenhem mais. Vejo a educação como política de nação, de pátria”, afirmou Nalini.

Colaboraram KAIJO ESTEVES, em ARAÇATUBA (SP), e FELIPE SOUZA

23 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Reputação judicial

OSCAR VILHENA VIEIRA

**Decisões por unanimidade,
que eram a maioria
dos casos no STF até 2003,
hoje não passam de 30%**

A DECISÃO do Supremo Tribunal Federal sobre o rito do impeachment, no final do ano passado, gerou uma forte polêmica, não apenas entre os políticos, mas também entre os diversos setores da sociedade. O que mais surpreendeu, no entanto, foi a sugestão feita pelo ministro Gilmar Mendes de que a Corte estaria passando por um processo de "cooptação". Trata-se de uma acusação grave, pois atinge o cerne constitutivo da reputação de qualquer tribunal: sua imparcialidade.

O Judiciário é um poder destituído da "espada ou da bolsa", como dizia Alexander Hamilton. Sua autoridade depende, sobretudo, de sua capacidade de realizar justiça com imparcialidade, integridade e eficiência. É assim que constroem sua reputação. Esse o postulado de Garoupa e Ginsburg, no recém-lançado "Judicial Reputation". Como poucas pessoas, de fato, acompanham o que ocorre nos tribunais, cultivar uma boa reputação transforma-se em uma estratégia essencial para que juízes e tribunais conquistem respectivamente prestígio, boas condições de trabalho e autoridade.

Um dos problemas em tribunais com alta visibilidade, como a Suprema Corte norte-americana ou o nosso STF, é que os incentivos para que os magistrados busquem maximizar sua reputação (prestígio pessoal) podem entrar em conflito com os incentivos voltados à promoção da reputação da instituição (autoridade da Corte).

Nessas circunstâncias, surge uma tendência à exacerbação dos votos

divergentes, à polarização dentro da Corte, assim como a busca por atenção pública por parte de alguns magistrados. Notória a beligerância do juiz Antonin Scalia. O resultado tem sido um sensível declínio da reputação da Suprema Corte dos EUA.

Nada disso é estranho à audiência brasileira. Nos últimos anos o Supremo se tornou não apenas onipresente na nossa vida política. Foi responsável a grande parte das demandas que lhe foram feitas. Alguns de seus magistrados se tornaram personas públicas. O que preocupa, porém, é a constatação de um forte crescimento das divergências dentro do Tribunal. As decisões por unanimidade, que constituíam a maioria dos casos até 2003, hoje não passam de 30%. Os votos que expressam essas divergências se tornaram cada vez maiores. Além disso, o tom dos confrontos também subiu. Como recentemente lembrou o ministro Sepúlveda Pertence, seus célebres duelos com o ministro Moreira Alves hoje seriam vistos como uma valsa.

Há muitas razões para a ampliação da fragmentação. Rápida mudança de composição. Casos politicamente e moralmente mais espinhosos. O televisionamento das sessões plenárias. Uma certa fragmentação do Tribunal não é necessariamente negativa, muito menos o aumento de sua transparência. Pode contribuir para uma jurisprudência mais criativa e responsiva. O problema ocorre quando essa fragmentação se torna exacerbada, gerando um impacto negativo sobre a reputação da instituição.

Os desafios ao Supremo serão enormes neste ano. O julgamento da Lava Jato, a eventual análise da lisura do processo eleitoral de 2014, assim como do impeachment, exigirão enorme equilíbrio do Tribunal.

O reforço de sua colegialidade, respeito aos precedentes, a produção de decisões mais consensuais, além de descrição e sobriedade serão indispensáveis para enfrentar a borrasca.

23 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Acusados de fraudar merenda

citam chefe da Assembleia

Diretores de cooperativa ligaram Copez a
superfaturamento em 22 cidades

Além de presidente da Assembleia, escândalo envolve deputados e ex-assessor da Casa Civil de Geraldo Alckmin

Dirigentes de uma cooperativa de Bebedouro (230 km de São Paulo) apontaram o presidente da Assembleia Legislativa, Fernando Copez, dois deputados federais, um estadual e um alto assessor da Casa Civil do governo Geraldo Alckmin (PSDB) como beneficiários de um esquema de pagamento de propina em contratos superfaturados de merenda escolar.

De acordo com interceptações telefônicas cujo teor foi confirmado pelos próprios investigados, o esquema era alimentado por um sobrepreço que variava entre 10% e 30% de cada contrato de fornecimento de merenda. Estão sob suspeita compras realizadas nos últimos cinco anos em pelo menos 22 municípios do interior de São Paulo.

O caso veio à tona na última terça quando a Polícia Civil e o Ministério Público Federal deflagraram a operação Alba Branca, que realizou buscas na Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf), de Bebedouro.

O delegado José Eduardo Vasconcelos não quis detalhar os nomes e atuação de cada político com foro.

Segundo ele, seis dirigentes da entidade detidos na terça colaboram com a investigação na perspectiva de firmar um acordo de delação premiada.

Além de Copez, os políticos acusados de receberem comissão nos contratos de merenda são os deputados federais Baleia Rossi (PMDB) e Nelson Marquizezelli (PTB) e o deputado estadual Luiz Carlos Gondim (SD). A informação foi publicada pelo site da revista "Veja" na quinta (21).

Copez não falou diretamente com os investigados nas interceptações, mas seu nome foi confirmado pelos dirigentes da cooperativa em depoimento.

O caso lança suspeitas sobre a secretaria da Casa Civil, núcleo da articulação política de Alckmin. A voz do ex-chefe de gabinete do secretário Edson Aparecido, Luiz Roberto dos Santos, o "Moita", foi registrada em um grampo, pedindo dinheiro a integrantes do que a polícia acredita ser uma quadrilha.

Moita foi demitido da Casa Civil na segunda (18), véspera da ação da polícia.

O nome da operação, "Alba Branca", faz referência a espécie de cogumelos do norte da Itália, cujo quilo custa € 3.000 (R\$ 13 mil), ironia com o superfaturamento.

> OUTRO LADO <

Tucano diz que fraude é 'sórdida' e nega acusação

O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Fernando Copez (PSDB), afirmou, por meio de nota, repudiar "com veemência a ligação de seu nome ao escândalo Alba Branca".

Ao negar a propina, o tucano classificou a fraude na merenda como "sórdida".

A Casa Civil do governo Geraldo Alckmin afirmou que o ex-chefe de gabinete Luiz Roberto dos Santos, o "Moita", foi exonerado e passou a ser investigado pela corregedoria do Estado.

As ações dele, diz o governo, não têm relação com atribuições da Casa Civil.

Os deputados Baleia Rossi (PMDB) e Nelson Marquizezelli (PTB) também negaram terem recebido suborno da cooperativa de Bebedouro.

23 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Neoinquisição

SÃO PAULO - O Brasil da Lava Jato vive uma neoinquisição? Carta aberta assinada por mais de uma centena de advogados assegura que sim. Eles veem atropelos sistemáticos aos princípios de presunção da inocência, do juiz natural, ao direito de defesa e o desvirtuamento do uso da prisão provisória, entre outros problemas. Associações de procuradores e de juízes asseveram que não, qualificando a carta como “falatório” e “fumaça”. Quem tem razão?

A resposta depende do ponto de partida. Se compararmos a Lava Jato com uma justiça idealizada, na qual todas as leis processuais devem ter aplicação literal e em que juízes teriam de atuar como autômatos, imunes aos humores da opinião pública, aí de fato encontraremos desvios. Um exemplo: é difícil acreditar que as prisões provisórias não estejam sendo usadas para incentivar delações premiadas, ainda que no espírito da doutrina do duplo efeito, que procura distinguir objetivos explícitos (interditos) de efeitos meramente colaterais (permitidos).

Se, por outro lado, consideramos que a comparação precisa dar-se com a justiça real, isto é, como ela é aplicada no dia a dia, aí poderíamos até afirmar que os envolvidos com a Lava Jato recebem tratamento privilegiado. Vivemos, afinal, num país em que boa parte dos presos nem sequer tem acesso regular a advogados. Apesar de a Constituição assegurar que ninguém será considerado culpado até que haja sentença condenatória da qual não se possa mais recorrer, cerca de 30% das pessoas que estão atrás das grades no Brasil nem ao menos foram julgadas.

Seria obviamente ridículo defender uma noção de isonomia que estenda para os políticos e empresários da Lava Jato os mesmos abusos a que são submetidos centenas de milhares de presos comuns. Mas, diante do que ocorre todos os dias nas delegacias e presídios, parece artificioso pintar só a Lava Jato e não o próprio Brasil como uma neoinquisição.

23 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Judicialização da saúde

É triste ler um texto tão parcial quanto o editorial “A saúde no tribunal” (“Opinião”, 21/1). Pior que as palavras tendenciosas da **Folha** é notar a destinação de espaço para a manifestação da Unimed no Painel do Leitor no dia seguinte, sem a publicação de qualquer opinião contrária. A **Folha** não pensou em nenhum momento que talvez sejam devidas as decisões desfavoráveis exaradas contra as operadoras de plano de saúde? A Unimed Paulistana, que faliu há algum tempo, quer repassar agora a responsabilidade ao Judiciário. Quanto absurdo!

MIKE LOPES MOREIRA (São Paulo, SP)

21 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

A saúde no tribunal

Estudo da USP mostrou que 92,4% das decisões judiciais envolvendo planos de saúde da cidade de São Paulo favoreceram o paciente. Em 88,1% dos casos, o usuário teve sua demanda atendida na íntegra. As operadoras tiveram sucesso em apenas 7,4% dos processos. No restante, o êxito do querelante foi parcial.

O trabalho avaliou 4.059 decisões de segunda instância proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo acerca de planos coletivos de 2013 a 2014.

Quase a metade dos casos diz respeito a exclusões de cobertura. Para Mário Scheffer, coordenador do estudo, existem lacunas na lei, o que dá ensejo à judicialização.

O paciente entende que tem sempre direito ao melhor tratamento disponível, enquanto as operadoras se fiam na literalidade do contrato e nas listas de procedimentos obrigatórios da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) para negar a cobertura.

Os números mostram que a Justiça tem favorecido os pacientes, ao entender que a relação entre usuários e planos não se rege apenas pelo princípio do "pacta sunt servanda" (acordos devem ser cumpridos): também está sujeita às proteções previstas no Código de Defesa do Consumidor e na jurisprudência das cortes.

Não haveria problema com essa interpretação mais generosa do Judiciário, desde que os usuários não se importassem em pagar o preço. Se mais clientes recebem tratamentos mais caros, ocorre um aumento de custos das operadoras que, mais cedo ou mais tarde, serão repassados a usuários e empresas.

Não surpreende que 34% dos processos contra planos digam respeito a valores de mensalidades, nos quais a Justiça também tem favorecido os usuários.

Ao fim e ao cabo, a realidade se impõe. As mensalidades rotineiramente aumentam num ritmo que supera o da inflação oficial. Em 2015, o encarecimento dos planos de saúde chegou a 12,2%, maior taxa em nove anos e acima dos 10,7% do IPCA, índice de referência para as metas do Banco Central.

Dito isso, vale notar que a judicialização é um custo em princípio evitável. Uma melhor regulação pela agência federal do setor, ao lado de um maior comedimento da Justiça, e a ampliação dos canais de mediação do próprio órgão regulador seriam muito bem-vindas.

Elas poupariam a já salgada inflação médica de custos que em nada se relacionam à saúde, como honorários advocatícios e indenizações por danos morais. No final, recorde-se, quem paga esses extras são os consumidores.

24 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

De olho na toga

A corregedoria do Conselho Nacional de Justiça tem 404 procedimentos que investigam magistrados em todo o país. Do total, onze deles têm como alvo ministros de tribunais superiores, como o STJ, e 223 apuram infrações de desembargadores. Vinte casos já analisados e em que a corregedora Nancy Andrighi viu indícios concretos de faltas graves foram encaminhados ao plenário do CNJ desde agosto de 2014 para a instauração de processos administrativos disciplinares.

24 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ministério, mais do que nunca, público

MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA

O Ministério Público passou a ser indispensável indutor do funcionamento das instituições de controle do Estado e de políticas públicas

Dentre as instituições brasileiras, há uma cuja característica é a de atuar em favor da cidadania e dos direitos fundamentais: o Ministério Público. O MP passou a ser indispensável indutor do funcionamento das instituições de controle do Estado e de políticas públicas, convertendo-se em um dos alicerces de nossa República.

A imagem do ministério não se alicerça, porém, na notoriedade das grandes operações, mas na lida cotidiana que, silenciosa e ambiciosamente, quer transformar a realidade social; deriva do trabalho que deve ser ordenado para fazer valer os fins do Estado (algo utópico, mas urgente, como erradicar a fome, a miséria, promover a igualdade etc.).

A promoção da justiça não se constitui em monopólio do Estado, nem mesmo do Judiciário (dele só o processo judicial). Trata-se de dever ético imposto a todos. Desvendar formas de promovê-la e de prevenir injustiças constitui a energia que move o MP.

A atuação resolutiva de conflitos não se dá pela via judicial apenas; ao contrário, deita raízes na construção de consensos que possam assegurar, de modo célere, o real respeito aos direitos constitucionais. Afinal, é do MP também a árdua tarefa de fazer com que os Poderes atuem no compasso do sistema constitucional, e deles o grave dever de garantir funcionamento livre das instituições. Disso resulta ser indispensável a relação política propositiva, nada menos ou além.

Em São Paulo, há extenso rol de bons exemplos, como se dá no combate à corrupção, na proteção dos direitos humanos, no enfrentamento da criminalidade, dentre tantos.

É o caso do programa de identificação e localização de desaparecidos, do enfrentamento à violên-

cia de gênero, das campanhas sobre o DNA das armas de fogo e em favor da tolerância, da capacitação de agentes do Estado para a mediação de conflitos, dos foros de atuação integrada.

Na atuação judicial, em 2015 e pela Procuradoria-Geral, foram ajuizadas mais de 300 ações de controle de constitucionalidade, pondo em destaque a atuação preventiva aos abusos comuns do sistema político —foram extintos mais de 15 mil cargos em comissões nos municípios. O mesmo se dá no campo criminal nas ações de responsabilidade de governantes locais.

Mas há muito ainda a ser feito e, por isso, um amplo projeto de modernização em curso. O MP paulista cresceu e vem superando dificuldades com planejamento, responsabilidade fiscal e diálogo político. Sepultou pendências administrativas e alimenta diálogo propositivo com o Legislativo e o Executivo.

Entregará, no interior, a sua centésima sede em breve. Obteve possibilidades amplas: regionalização das promotorias, expansão de suas fontes de custeio, criação da promotoria especializada em violência doméstica, início da descentralização para o interior dos setores técnicos e de apoio às investigações.

Presente em todas as comarcas e mais próximo da população, o MP quer acima de tudo resultados que interfiram positivamente na vida das pessoas.

Concebido para o ambiente democrático, dele o MP não abre mão e, por isso, pratica política de convivência institucional em torno de seus projetos de modernização.

Aposta na república e na superação dos velhos vícios monárquicos, que mais alimentam indevidos nichos de irresponsabilidade.

Acredita que somente a real conjugação desses ideais republicanos e democráticos dará, enfim, lugar a uma sociedade mais justa, livre e igualitária.

É por essas e outras que o nosso ministério é público.

MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA, 53, é procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo

24 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ministério Público de SP

denuncia promotor

De acordo com acusação, Roberto Senise recebeu propina de rede de lojas Casas Bahia

O procurador-geral de Justiça Márcio Elias Rosa, chefe do Ministério Público Estadual de São Paulo, apresentou denúncia à Justiça contra o promotor de Justiça Roberto Senise Lisboa sob a acusação de que ele recebeu propina da empresa Casas Bahia para favorecer a rede de lojas em investigações sobre direitos do consumidor.

A acusação formal aponta que Senise cometeu os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro a partir de 2011.

Detalhes da denúncia foram antecipados neste sábado pelo jornal "O Estado de S. Paulo", que informou ainda que o diretor jurídico da empresa à época dos supostos delitos, Alexandre Machado Guarita, e o advogado Vladimir Oliveira da Silveira também foram denunciados.

Em meados de 2011, Senise conduzia uma apuração sobre práticas abusivas que teriam sido praticadas contra consumidores pela rede de lojas, como a cobrança de um seguro obrigatório.

De acordo com o jornal, a denúncia relata que nesse período o então diretor do departamento jurídico da Casas Bahia contratou Silveira, amigo do promotor, e os dois ofereceram suborno a Senise.

A acusação aponta que o promotor recebeu R\$ 428 mil para elaborar acordo entre a Promotoria e a Casas Bahia, tecnicamente chamado Termo de Ajustamento de Conduta, com regras favoráveis à empresa e lesivas aos consumidores.

O procurador-geral de Justiça afirma na denúncia que houve quebra do sigilo bancário do promotor e o levantamento apontou que o valor do suborno saiu das contas da rede de lojas, passou pelo advogado e foi entregue ao promotor de Justiça.

As apurações indicaram que Silveira realizou saques em uma agência bancária no centro de São Paulo, localizada nas proximidades do prédio central do Ministério Público, na companhia do promotor, que ficava com o dinheiro em espécie.

Após a entrega do dinheiro, Senise ia até uma agência bancária situada dentro da sede da Promotoria e depositava os valores em sua conta, segundo as investigações da Procuradoria.

▶OUTRO LADO◀

Denunciado não atendeu ligações da reportagem

A **Folha** não conseguiu fazer contato neste sábado (24) com o promotor de Justiça Roberto Senise Lisboa e com os advogados Alexandre Machado Guarita e Vladimir Oliveira da Silveira.

A empresa Via Varejo, que administra a rede Casas Bahia, afirmou por meio de sua assessoria que "não é formalmente parte do referido processo e que, portanto, não comenta o assunto".

24 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

TRTs cortam de horário de trabalho a ar- condicionado

Redução de 8% no Orçamento de
2016 obriga a corte de despesas

**Obras, contratação
de servidores e novos
investimentos foram
congelados; associação
estuda ir à Justiça**

VENCESLAU BORLINA FILHO
DE CAMPINAS

Horário de funcionamento reduzido em até três horas, demissão de estagiários, redução nos gastos com planos de saúde e auxílio-creche, e economia até no uso do elevador e ar-condicionado.

Em razão do corte no Orçamento de 2016 aprovado pelo Congresso, fóruns trabalhistas do país estão adotando medidas de contenção de gastos e de investimentos.

Pelo Orçamento 2016, a Justiça do Trabalho terá ao todo (gastos com pessoal, despesas e investimentos) R\$ 17,1 bilhões, 8% a menos em relação a 2015, descontada a inflação do período. Mas o valor que havia sido pleiteado pelos Tribunais do Trabalho era maior: R\$ 17,8 bi.

Como a maior parte do Orçamento obrigatoriamente vai para a folha de pagamento, os 24 TRTs (Tribunais Regionais do Trabalho) dizem que a tesoura atingiu as áreas

de custeio (29%, na média) e de investimentos (até 90%). São gastos com energia, transportes, vigilância e compra de equipamentos.

A aquisição de computadores, por exemplo, foi suspensa na maioria dos TRTs.

O enxugamento ocorre no momento em que, por conta da alta do desemprego, crescem o número de ações trabalhistas. Desembargador do segundo maior TRT do país, o de Campinas, Lourival Ferreira dos Santos afirma esperar aumento de 10% nos processos neste ano.

“A gente teme que o orçamento menor comprometa o processo judicial. Lá na ponta haverá dificuldades”, diz.

Santos publicou duas portarias nesta semana: obras e aquisição de equipamentos foram suspensas e contratos com prestadores de serviço, como em segurança, terão de ser reduzidos em 25%.

Para economizar com a energia, o horário de expediente ao público foi alterado: será das 11h às 17h a partir do dia 15 de fevereiro. Atualmente, é das 12h às 18h. O contingente de estagiários terá que ser reduzido em 25% até fevereiro e a contratação de novos profissionais também foi suspensa.

Já o maior TRT do país, o de São Paulo, vai cortar em 10,36% o auxílio-saúde e limitar o auxílio-creche. Novas aquisições de equipamentos estão suspensas. Medidas de alteração no expediente são estudadas e poderão ser anunciadas em breve.

Mas há ainda situações mais radicais: o TRT da 14ª Região, que abrange Rondônia e Acre, restringiu, desde a semana passada, o horário de atendimento, antes das 8h às 18h, para de 7h30 às 14h30.

No Rio, as mudanças ocorrerem a partir do dia 28: o ar-condicionado terá que operar com temperaturas entre 23°C e 24°C. Já o funcionamento dos prédios será reduzido em uma hora, das 8h às 17h —exatamente quando o elevador será desligado.

A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) estuda recorrer à Justiça para obter mais recursos.

CONTINUA

24 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

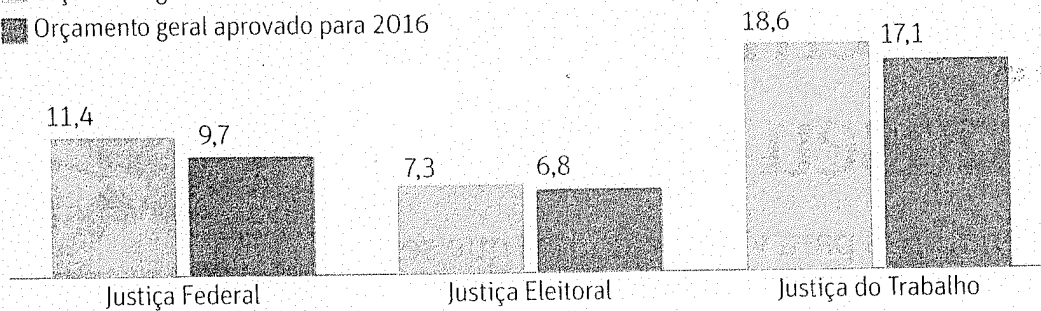
CONTINUAÇÃO

TESOURADA

Justiça do Trabalho reduz gastos diante de novo Orçamento

Orçamento, em R\$ bilhões

■ Orçamento geral 2015
■ Orçamento geral aprovado para 2016



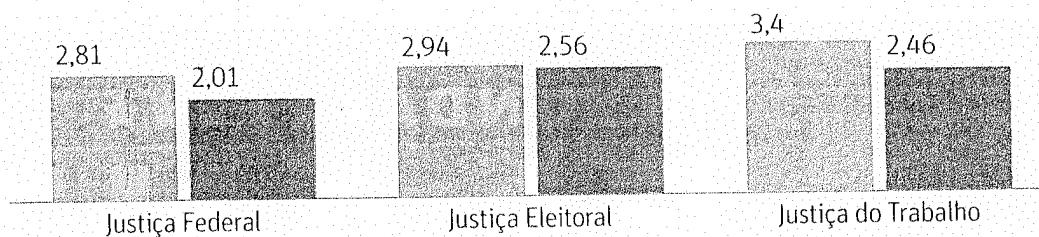
Rafael
Justiça do Trabalho
Formada pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho), o CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), os 24 TRTs e as Varas Trabalhistas

46.575
servidores até 2014

ONDE HOUVE CORTES

Verba para despesas e investimentos, em R\$ bilhões

■ Em 2015 ■ Aprovado para 2016



R\$ 17,1 bilhões
é o orçamento da
Justiça do Trabalho

R\$ 28 bilhões
é o orçamento do
Bolsa Família para 2016

Obs.: valores de 2015 foram atualizados pela inflação Fonte: TRTs, CSJT e Orçamento 2015 e 2016

24 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

'Casais' de 3 ou mais parceiros obtêm união com papel passado

Existem pelo menos oito escrituras que oficializam as chamadas famílias poliafetivas no país

Maior grupo oficializado como conjunto familiar por tabeliã reúne duas mulheres e três homens, em Santa Catarina

THIAGO AMÂNCIO
DE SÃO PAULO

Audhrey amava Eustáquio, que amava Rita, que amava Audhrey. Os três foram morar juntos há oito anos e hoje formam uma família.

Essa não é uma versão mais curta, alegre e liberal do poema de Carlos Drummond de Andrade, mas a história de uma família de Belo Horizonte que, há um ano, possui um documento de união estável poliafetiva.

Existem pelo menos oito escrituras desse tipo oficializadas no país.

Audhrey Drummond, 49, e Eustáquio Generoso, 57, se casaram em 1988 e mantiveram um relacionamento de idas e vindas até 1997. Nesse intervalo, tiveram um filho, Iago, hoje com 23 anos.

Um ano depois do término do casamento, Eustáquio começou a namorar Rita Carvalho, 45. "Não consegui esquecê-lo de jeito nenhum, o homem é terrível", diz Audhrey.

Eles se reencontraram em 2003, e a primeira mulher admitiu que ainda gostava do ex-marido. "Falei que por mim podia ser com a Ritoca mesmo", conta.

Eles tentaram por duas vezes um relacionamento a três, sem sucesso.

"Não é de uma hora para outra, leva tempo para se acostumar", explica Rita. Da terceira vez, em 2007, foram morar todos juntos e nunca mais se separaram.

"Quando ficamos juntos, pintou um churrasco na casa de um amigo. Pensei: 'Meu Deus, como vou fazer com isso, levar duas mulheres?'" , lembra Eustáquio.

Decidiram que não iriam se importar com o que os outros dissessem. "Se a gente está bem, numa felicidade tão grande, o pessoal fica bem também."

Eustáquio comprou o apartamento de frente ao dele e colocou lá a primeira mulher e o filho. Fecharam o acesso pela escada, e as portas ficam sempre abertas, formando uma casa só.

O que eles têm não é exatamente um relacionamento a três: na prática, Eustáquio tem duas mulheres.

Ele tem o seu quarto, e cada uma delas dorme na cama dele por uma semana. Quan-

do a segunda mulher cede seu lugar, vai para um quarto ao lado.

Mas não é porque não namoram que as duas não se consideram da mesma família. Pelo contrário, tornaram-se inseparáveis. "Hoje não consigo mais viver sem ela", afirma Rita sobre Audhrey.

Em 2012, viram no noticiário que outro "trisal" havia conseguido registrar a união estável, em Tupã (a 514 km de São Paulo), e resolveram oficializar a família.

Eles pretendem pleitear a inclusão das duas mulheres como dependentes do plano de saúde de Eustáquio.

Aquela havia sido a primeira escritura de união estável

poliafetiva do Brasil, registrada pela tabeliã Cláudia Domingues. Depois, ela fez pelo menos outras sete, inclusive a da família mineira. O maior grupo, conta a tabeliã, envolveu cinco pessoas (três homens e duas mulheres), de Santa Catarina.

CONTINUA

24 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

DIREITOS

“Você não pode se casar com mais de uma pessoa, mas não há proibição de que você viva com quantas quiser”, diz Domingues. “A união estável entre eles é um fato, eu só documento aquilo que já está acontecendo”, conta ela, que estuda o tema em seu doutorado, na USP.

Em 2015, Domingues foi procurada por outra tabeliã, a carioca Fernanda de Freitas Leitão. Ela foi incumbida de registrar a união de três mulheres, que vivem juntas no Rio de Janeiro. Elas pretendem ter um filho e registrá-lo coletivamente.

“Ainda não há decisão que garanta direitos automaticamente a famílias poliafetivas que possuam o documento”, explica Leitão. “Mas serve de base para que as pessoas pleiteiem esse direito na Justiça.”

Além da inclusão em planos de saúde, famílias poliafetivas buscam registrar a situação para acrescentar terceiros (ou quartos, quintos etc.) em planos de previdência e herança, por exemplo.

Especialistas se dividem sobre validade

Especialistas divergem sobre a validade das uniões estáveis poliafetivas.

A tabeliã Fernanda Leitão, que já foi procuradora estadual do Rio de Janeiro, diz acreditar que há respaldo na decisão de 2011 do Supremo Tribunal Federal que equipara a união homoafetiva ao casamento heterossexual.

De acordo com ela, o tribunal reconhece “outras formas de convivência familiar fundadas no afeto”.

O presidente da Associação Brasileira de Direito da Família, Rodrigo da Cunha Pereira, afirma que “a fonte do direito não é a lei, mas os costumes”, e que a legislação costuma se adaptar às mudanças da sociedade.

“A tendência, no direito da família, é o Estado se afastar cada vez mais da vida das pessoas. A família não é um fenômeno da natureza, mas da cultura.”

Filiado à mesma instituição, o advogado Luiz Kignel discorda do colega. Ele diz que o número de casos de uniões poliafetivas é pífio se comparado ao total de casais hétero ou homossexuais, por isso não há uma indicação de mudança na sociedade.

“A relação entre três ou quatro pessoas pode se formar, mas não abraçada pelo direito da família. Não tenho nada contra, mas isso não forma família, que é entre duas pessoas, culturalmente, do mesmo sexo ou não”, diz. “Não podemos exigir que a sociedade aceite por causa de oito ou nove casos.”

UNIÃO HOMOAFETIVA

Em 2011, foi de forma unânime que o Supremo decidiu que não há diferença entre relações estáveis de homossexuais e heterossexuais e que as duas formam uma família.

23 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Operação Quadro Negro investiga mais cinco escolas

No total, Gaeco apura o desvio de
dinheiro público em reformas
ou construções de 15 estabelecimentos
de ensino no Paraná

*Justiça já acatou denúncia contra
15 pessoas que estariam
envolvidas no escândalo, sendo
que três delas estão presas*

Adriana De Cunto e
Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Mais cinco obras de escolas estaduais começaram a ser investigadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público (MP) do Paraná. Agora são 15 as reformas ou construções na mira da Operação Quadro Negro, que apura desvio de dinheiro público. A principal empresa responsável é a Valor. Os novos inquéritos foram instaurados pelo Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (Nurce), da Polícia Civil, e dizem respeito aos colégios Doracy Cezaruno,

de Curitiba; Coronel Vivida e Linda Salamuni, de Ponta Grossa (Campos Gerais); Pedro Carli e Marlene Jacob, de Guarapuava (Centro-Sul). As duas últimas intervenções eram conduzidas pela M.I Construtora.

Segundo nota oficial do Nurce, o objetivo é averiguar se houve organização criminosa, falsidade ideológica, uso de documentos falsos e fraude em licitação. O coordenador do Gaeco, Leonir Batisti, explicou que a suspeita é que nessas cinco escolas também tenha sido aplicado o mesmo golpe constatado nas outras dez. De acordo com ele, primeiro foram emitidos falsos atestados de medições das obras, garantindo que as constru-

ções ou reformas estavam praticamente prontas. Na realidade, porém, elas mal foram iniciadas. Por conta desses falsos atestados, pagamentos indevidos foram feitos às construtoras. Ou seja, as empresas receberam por serviços não realizados.

CONTINUA

23 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A Justiça já acatou denúncia contra 15 pessoas que estariam envolvidas no escândalo, sendo que três delas estão presas. Entre os réus estão o ex-vereador de Curitiba Juliano Borghetti, irmão da vice-governadora Cida Borghetti (Pros), e o ex-diretor de Engenharia, Projetos e Orçamentos da Superintendência de Desenvolvimento Educacional (Sude), da Secretaria de Estado da Educação (Seed), Maurício Fanini. Os valores desviados podem chegar a R\$ 18 milhões. O Gaeco também investiga se parte da verba foi usada em campanhas eleitorais. A FOLHA não conseguiu contato telefônico com as empresas M.I. Construtora e Valor.

Questionada pela reportagem, a assessoria de imprensa da Seed não deu detalhes sobre as obras suspeitas, nem informou quantos e quais contratos são alvo da sindicância interna, instaurada em maio de 2015. A pasta enviou apenas uma nota, dizendo que seguiu as recomendações do Tribunal de Contas (TC). "Para conclusão das construções, inicialmente é necessário que essas obras passem por perícia para aferir o real estado de cada uma. Após a realização das perícias, serão abertas novas licitações para conclusão", disse. A previsão é que os pregões ocorram no segundo semestre deste ano.

23 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Procurador prevê pena de 100 anos de prisão para Odebrecht



Valmar Hupsel Filho
Agência Estado

São Paulo - Coordenador da força-tarefa que investiga a Operação Lava Jato, o procurador Deltan Dallagnol disse ontem que, se somados os crimes em série atribuídos ao empreiteiro Marcelo Odebrecht, dono da empreiteira que leva seu sobrenome, a pena atribuída a ele poderia passar dos 2 mil anos de reclusão. Mas, como no sistema penal brasileiro crimes semelhantes não acumulam penas, a expectativa da Procuradoria é que o empresário seja condenado a "menos de 100 anos de prisão".

"Se formos somar as penas de todos os crimes em série, por incrível que pareça as penas somariam de 2 mil anos de prisão", disse o

procurador em entrevista à rádio Bandnews FM. "Mas quando aplicamos a regra de crimes continuados, porque a pessoa cometeu uma série de crimes em sequência, a pena vai para muito menos que isso. A expectativa é que uma pena inferior a 100 anos de prisão. Estamos fazendo nossas alegações finais e avaliando isso", afirmou.

Marcelo Odebrecht está preso preventivamente desde junho do ano passado, acusado de pagamento de R\$ 137 milhões em propinas e de atrapalhar as investigações da Lava Jato.

Na entrevista, o procurador rebateu as críticas feitas pela defesa de Odebrecht, de que teria havido inconsistência entre o que foi efetivamente dito pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa no depoimento

"Se formos somar as penas de todos os crimes em série, por incrível que pareça as penas somariam de 2 mil anos de prisão", afirmou Deltan Dallagnol

em que citou o empresário, e o que consta no termo escrito de suas declarações.

Segundo Dallagnol, o depoimento ao qual a defesa de Odebrecht se refere foi colhido por um procurador que atua junto à Procuradoria-Geral da República, que investiga casos relacionados a réus que possuem prerrogativas de foro (foro privilegiado), no início do processo, quando Odebrecht ainda não era investigado.

"O tema da depoimento registra aquilo que é de interesse para a investigação, no sentido do que pode gerar de prova no processo de investigação penal. Não registramos as informações sobre as centenas de pessoas que não praticaram crime. O depoimento foi colhido quando Marcelo não era investigado. Não tínhamos nenhuma prova contra ele", disse.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

23 JAN 2016

O empresário só foi considerado suspeito em um momento posterior da investigação, com o aparecimento de novas provas, informou o procurador. Além disso, afirmou, os vídeos ficaram disponíveis para consulta após o recebimento da denúncia e, num momento posterior da investigação.

A defesa também teve, afirmou ele, a oportunidade de questionar Paulo Roberto Costa durante seu depoimento à Justiça e não o fez. "Os vídeos podiam ser consultados e, no final, a defesa de forma surpreendente diz que não consultou", disse.

"As provas que valem contra alguém são as provas na Justiça, não são aquelas colhidas lá trás pela polícia ou pela Procuradoria, mas as provas da Justiça. Paulo Roberto foi ouvido na Justiça e todos os advogados, inclusive os de Marcelo Odebrecht, tiveram oportunidade de fazer perguntas a ele e não fizeram", reforçou.

LULA

Deltan Dallagnol também rebateu a declaração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, feita na quarta-feira. Em entrevista a blogueiros simpáticos ao PT, Lula afirmou haver direcionamento nas delações para que houvesse citação em seu nome. "Delação premiada tem que ter o nome de Lula, senão não adianta", afirmou o ex-presidente na ocasião. "Não direcionamos delação", disse o procurador. Segundo ele, no próprio acordo de delação

consta o termo de que se o delator mentir pode perder todos os direitos e ainda ser processado.

"Além disso, ninguém é acusado apenas pela palavra do delator, e sim por provas independentes da colaboração que apontam as responsabilidades daquela pessoa sobre os crimes", explicou.

De acordo com Dallagnol, uma pessoa só se torna investigada quando há provas concretas sobre ela. Questionado sobre como o ex-presidente é considerado pelos investigadores da Lava Jato, o procurador disse que "as investigações são dinâmicas, mas até agora Lula não se tornou alvo de nossa operação."

23 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Juiz dispensa petista de novo depoimento

Fábio Fabrini e
Andreza Matais

Agência Estado

Brasília - O juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara da Justiça Federal em Brasília, dispensou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de prestar depoimento como testemunha de defesa na Operação Zélotos na próxima segunda-feira. A decisão foi tomada após a defesa de Alexandre Paes dos Santos, o APS, réu que o havia arrolado, desistir da convocação de Lula. Ontem, Lula apresentou petição na qual solicitava a dispensa. Na peça, seus advogados argumentaram que o ex-presidente já havia prestado depoimento sobre o caso à Polícia Federal, no último dia 6 de janeiro, não tendo nada mais a acrescentar sobre o assunto. O advogado de APS, Marcelo Leal de Lima Oliveira, foi consultado a respeito pelo juiz. Em ofício, explicou que o propósito da inquirição de Lula era demonstrar a "inexistência de atos de corrupção para a compra de medidas provisórias, assim como a absoluta ausência de participação do réu em qualquer dos fatos descritos na denúncia". Por fim, informou estar suprida, diante das declarações do petista à PF; a necessidade da audiência para ouvi-lo.

24 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Flávio Arns é multado

O Tribunal de Contas (TC) do Paraná multou o ex-secretário da Secretaria de Estado da Educação, Flávio Arns, em R\$ 1.450,98 porque sobrou dinheiro em um convênio entre a pasta e a Prefeitura de Cerro Azul. Foram transferidos R\$ 338.630,02 para financiar o transporte escolar na rede estadual. O município e o prefeito, Claudinei Braz, terão que devolver R\$ 1.745,70, de forma solidária. O ex-secretário foi penalizado “em razão da inércia na fiscalização das despesas realizadas pelo tomador dos recursos”, afirmou o TC. O motivo para a desaprovação das contas foi a existência de saldo contábil de R\$ 1.745,70 na conta específica do convênio após encerrada a vigência. Cabe recurso.

Auxílio-moradia retroativo

O Tribunal de Contas (TCE-TO) e o Ministério Público do Tocantins (MPE-TO) dão outro exemplo ao País de só a sociedade arcar com os custos da crise econômica e se virar para pagar a série de tributos e impostos criados nas diversas esferas do poder. Ignorando a crise financeira daquele Estado, o TC e o MP do Tocantins decidiram gastar quase R\$ 10 milhões no pagamento de retroativos do auxílio-moradia. No TCE, o custo aos cofres públicos será de R\$ 6,8 milhões a serem pagos a 26 conselheiros e procuradores. Além dos R\$ 4,3 mil de auxílio que passarão a receber, os conselheiros receberão retroativo de dezembro de 2012 em 47 parcelas de R\$ 5,5 mil. O governo pagou em dezembro R\$ 2,6 milhões de auxílio-moradia retroativo a 111 promotores e procuradores. Restam outros R\$ 2,6 milhões, a serem quitados em 20 parcelas. O valor mensal do benefício é o mesmo do TCE-TO: R\$ 4,3 mil.

24 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Armistício frágil

Melhorou muito o posicionamento do Judiciário trabalhista em greves de atividades essenciais como a do nosso transporte coletivo, metroviários ou ferroviários. Aquele "fair play" no respeito aos rituais cabalísticos das conversações tornavam o seu papel um tanto quanto contemplativo, algo inaceitável pelo desequilíbrio que isso representava para a esmagadora maioria da população deixando a destinação entregue a um pingue pongue verbal intermediado pelo TRT. Agora já se estabelece, de saída, a obrigação de manter a frota mínima em percentuais negociados e impostos axiomáticamente como indispensáveis para garantir o serviço público sem lesão ao sacrossanto direito de greve, outra santidade dos nossos dias, mesmo quando abusiva. A falta de pulso à prefeitura da capital, expressa na Urbs, anula o princípio da autoridade do poder concedente, afinal o primeiro árbitro da relação contratual, hoje submetida a uma encenação bem solerte dos sindicatos patronal e obreiro: o primeiro não paga e cria as condições para a parede do segundo, uma espécie de simbiose de greve-locaute.

CLAUDIO HUMBERTO

Alô, STF

Recebeu mais de 48 mil adesões, em apenas dois dias, o abaixo-assinado no site Change.org pedindo que o Supremo Tribunal Federal cancele a compra de quatro carros de luxo no valor de R\$ 620 mil.

MILITÃO

Reajuste para o auxílio-reclusão

A presidente Dilma Rousseff decidiu reajustar em 11% o chamado auxílio-reclusão, valor pago aos familiares de presos brasileiros que tenham contribuído por algum período com a Previdência Social. O benefício, que era de R\$ 915, irá para R\$ 1.157. O salário mínimo para o trabalhador atual passou de R\$ 788 para R\$ 880. Para os professores federais, zero de aumento. Para os policiais, zero de aumento. E para as Santas Casas, nada também.

25 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Caixa dois eleitoral poderá

ser recorde neste ano

Para especialistas, a proibição de doações de pessoas jurídicas e a ausência de fiscalização das empresas podem favorecer a ilegalidade no processo

"Com a doação autorizada, o eleitor pode acompanhar quem está doando, isso é transparência"

Edson Ferreira
Reportagem Local

As eleições municipais deste ano podem ser as campeãs em caixa dois para financiamento das campanhas. Pela primeira vez, desde 1989, quando Fernando Collor de Melo foi eleito presidente da República, as pessoas jurídicas não poderão participar, legalmente, da disputa e estão proibidas de doar para partidos e candidatos. Excluídas da lei eleitoral, empresas deixam de ser fiscalizadas e, se forem identificadas as chamadas doações "por fora", a responsabilização recairá apenas sobre o beneficiário, no caso, o candidato.

Enquanto isso, batizado de pacote anticorrupção do governo federal, o projeto de lei que torna o caixa dois crime na Justiça Comum ainda não foi discutido na Câmara dos Deputados.

Na esteira da ação penal 470, conhecida como mensalão, e da operação Lava Jato,

que escancaram as ligações promíscuas entre empresas e políticos no País, o Supremo Tribunal Federal (STF) sacramentou no ano passado que apenas pessoas físicas podem doar, desde que respeitem o limite de até 10% dos rendimentos. Para especialistas ouvidos pela FOLHA, a medida será nefasta para a democracia porque retira dos eleitores o direito de saber quem doa e quem recebe. Nas últimas eleições gerais, a campanha mais cara foi da chapa encabeçada pelo PT, com quase R\$ 320 milhões.

O advogado Guilherme Gonçalves, especialista em direito eleitoral, afirmou que "muitas alterações feitas na lei são ruins". Ele se refere à minirreforma aprovada pelo Congresso Nacional e à decisão do STF Segundo Gonçalves, com a proibição de doação de pessoas jurídicas, o custo das campanhas tende a diminuir, em tese. "Quando as empresas podiam doar, e

Justiça fiscalizava se as doações eram corretas ou não, mas agora que pessoas jurídicas não participam do processo eleitoral, teoricamente, pode-se aumentar muito o caixa dois."

O especialista, que atuou na campanha de Gleisi Hoffmann (PT) ao governo, em 2014, disse que "ao investir em campanhas, o empresário não poderá sofrer nenhuma sanção pela Justiça Eleitoral, quem vai sofrer é o candidato".

O advogado Luiz Fernando Pereira relembrou a campanha de Collor, no final da década de 1980. "Naquela ocasião não havia doação de pessoas jurídicas e foi o maior caixa dois da história." Conforme Pereira, "com a doação autorizada, o eleitor pode acompanhar quem está doando, isso é transparência, porque eu sei que doou, sei a quem o político está atrelado e aí posso decidir votar ou não naquele político em razão dessa ligação."

CONTINUA

25 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Os especialistas entendem que seria legítimo manter a participação das pessoas jurídicas no processo, impondo limites para as doações, de acordo com o faturamento. Pereira aposta que o impedimento para o financiamento privado não vai prosperar além de 2016. "A legislação vai ser alterada depois das eleições desse ano, quando perceberam o erro."

OAB

A inconstitucionalidade da doação de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais foi determinada pelo STF, que acatou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Para a entidade, "a infiltração do poder econômico nas eleições gera graves distorções", como a desigualdade política, na medida em que aumenta a influência dos mais ricos sobre o resultado dos pleitos eleitorais, e, conseqüentemente, sobre a atuação do próprio Estado.

Também haveria prejuízos, na visão da entidade, quanto à possibilidade de sucesso eleitoral dos candidatos que não têm patrimônio para suportar os gastos de campanha nem acesso aos financiadores privados.

23 JAN 2016

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

24 JAN 2016

Medo-pânico da delação

O dono da construtora Valor, Eduardo Lopes de Souza, não fará delação premiada — isto é, não está disposto a salvar a própria pele denunciando o andar de cima que também teria se locupletado com o desvio de R\$ 20 milhões da Secretaria da Educação para construção e reforma de escolas — obras nunca concluídas ou entregues. Lopes, que se encontra sob prisão preventiva, estaria aguardando meios para devolver aos cofres públicos o dinheiro desviado e, com isso, criar atenuantes para penas duras nos âmbitos cível e criminal. O relato dessa estratégia foi feito à coluna por pessoa próxima ao acusado.

Não há indícios de que tal orientação lhe tenha sido passada pelo advogado que assumiu sua defesa em dezembro passado, Roberto Brzezinski, em substituição ao anterior, o criminalista Cláudio Dalledone. Brzezinski atua paralelamente na defesa de outro réu que guarda proximidade com o poder, o “primo distante” Luiz Abi.

Muito respeitado nos meios jurídicos, Brzezinski tem outros clientes importantes, como o ex-presidente da Assembleia, deputado Nelson Justus, assim como o ex-diretor da Petrobras Renato Duque, um dos implicados na Lava Jato. Atua também em causas eleitorais e atualmente cumpre mandato como juiz no Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

A expectativa de uma delação premiada por parte de Eduardo Lopes vinha crescendo — e chegou a gerar medo-pânico — desde que foi revelada a possível participação nos desvios do dinheiro da Educação de agentes públicos com foro especial, casos do secretário de Infraestrutura, Pepe Richa, do conselheiro do Tribunal de Contas Durval Amaral, e dos deputados Ademar Traiano e Plauto Miró, respectivamente presidente e primeiro-secretário da Assembleia Legislativa.

Esses nomes foram citados em depoimentos ao Gaeco como envolvidos no esquema por uma advogada e por “laranjas” que prestavam serviços à construtora Valor. CD com gravação de seus depoimentos foi entregue ao procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia, que por sua vez o remeteu à Procuradoria Geral da República (PGR) para as medidas cabíveis.

OLHO VIVO

Deve ou não? 1

Sobre a nota “Chocante” publicada quinta-feira (21), que informava sobre suposta dívida da Copel de R\$ 42 milhões de IPTU à prefeitura de Curitiba, a Copel responde: são de sua autoria três ações judiciais para demonstrar seu direito de não pagar, baseado na Constituição e na jurisprudência, que reconheceriam que entes públicos não podem cobrar impostos uns dos outros. A Copel diz estar protegida por liminar para não pagar o IPTU.

Deve ou não? 2

A prefeitura pensa diferente. Segundo sua Procuradoria, “os lançamentos tributários são pautados na lei e a Copel não é imune à incidência do IPTU” nem a jurisprudência estaria a seu favor. “Prova disso, afirmam, é a decisão do STF que obriga a União a pagar IPTU dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal em Curitiba”.

COLUNA DO LEITOR

PROCESSO JUDICIAL

O problema do processo judicial brasileiro é que praticamente toda decisão tomada pela jurisdição ordinária pode ser questionada na jurisdição extraordinária (STJ e STF). Os advogados abusam dessa ferramenta. A jurisdição extraordinária deve apenas estabelecer limites para a interpretação da lei. Deixemos os magistrados de 1º e 2º graus decidirem.

Wilson de Souza Pereira

23 JAN 2016

24 JAN 2016

GAZETA DO POVO

DELAÇÕES NÃO PREMIADAS

KELLI KARANUS E KATNA SARAN

Sem delação, de volta ao Complexo Médico Penal

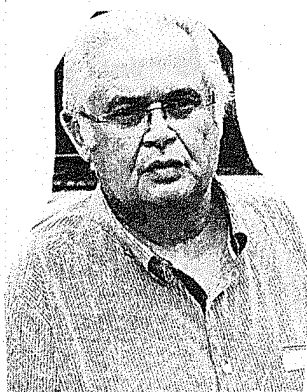
O ex-deputado Pedro Corrêa (PP, foto), condenado no mensalão e preso pela Lava Jato, deve voltar para o Complexo Médico Penal de Pinhais. Ele está preso na carceragem da Polícia Federal de Curitiba porque estava negociando um acordo de colaboração premiada. Nos bastidores, a expectativa era de que Corrêa revelasse nomes de políticos do alto escalão que estariam envolvidos no esquema da Lava Jato, inclusive o de Lula. Mas as tratativas para fechar a delação esfriaram. Quem também deve deixar a carceragem da PF é a doleira Nelma Kodama e seu braço direito, Iara Galdino. Segundo fontes das investigações, a colaboração premiada das duas também não vingou. Elas teriam entregado muitos participantes do esquema, mas nenhuma prova.

Robin Hood da Lava Jato

Pedro Corrêa admite que recebeu propina da corrupção na Petrobras e acredita que será condenado. Mas já alertou que, caso receba multas milionárias como punição, não poderá pagar a conta. Ele teria dito que doou tudo o que recebeu para os pobres. E que, se disputasse as eleições, conseguiria se eleger senador por Pernambuco, sua terra natal, por causa de suas "boas ações".

Tiro pela culatra

O manifesto de alguns advogados contra a Lava Jato repercutiu na força-tarefa da operação. Positivamente. "É um reflexo de que o trabalho está muito bom. O conteúdo de provas é muito bom. Para nós, o manifesto foi encarado como um sinal de desespero das defesas", diz um integrante da investigação.



Desculpa

Um advogado paranaense ligado à Lava Jato diz que o manifesto pode ser visto como uma espécie de desculpa: "Os advogados não têm o que falar para seus clientes. Estão cobrando honorários na casa dos milhões e o cliente está preso".

Outro ritmo

A queixa dos defensores contra a Lava Jato, diz o paranaense, reflete ainda um ritmo ao qual eles não estão acostumados. "Os advogados do Rio e São Paulo estão acostumados com os juizes do Rio e São Paulo", afirma. Segundo ele, a Justiça Federal está mais eficiente e a advocacia precisa se reinventar.

Rixa e questão de mercado

Há quem ache ainda que o manifesto é produto de uma guerra entre defensores de São Paulo e Rio contra os profissionais do Paraná. Poucos advogados paranaenses assinaram a nota. Outro defensor que atua na Lava Jato afirma que o fato de o maior caso do direito penal do país estar se passando fora do eixo Rio-São Paulo incomoda os advogados de destaque nacional. "Tem toda uma questão de mercado para se analisar", diz ele.

25 JAN 2016

GAZETA DO POVO

Palladium põe pelo menos 24 seguranças para conter jovens

Felipe Anibal

● Depois de conseguir a extensão de uma decisão judicial que lhe permite barrar a entrada de menores de 18 anos, o Palladium Shopping, de Curitiba, colocou um batalhão de seguranças em sua única porta de acesso, neste domingo (24). Eram pelo menos 24 agentes privados, postados em três linhas diante da entrada do empreendimento. A liminar foi expedida pela Justiça depois de um grupo conhecido como "Vileiros de Curitiba" ter marcado pela internet um evento no Palladium. No último dia 10, grupos de adolescentes se enfrentaram dentro do shopping.

Três rapazes que viajaram de Fazenda Rio Grande, região metropolitana de Curitiba, ao Palladium atribuíram a medida ao preconceito. Disseram que só queriam usar o shopping como todos os consumidores, mas que estão sendo julgados pelo modo como se vestem.

"Tem muita loja aí que vende esse estilo de roupa, mas nós não pode entrar [sic]", observou um dos jovens, que usava boné, camisa de hip hop e tinha piercings no lábio e no supercílio. "Daqui a pouco, vão nos fazer mudar de roupa pra poder entrar", disse outro.

Seguranças postados do lado de dentro do shopping confirmavam que a situação estava "bem mais tranquila" em relação a fins de semanas anteriores. Nas duas horas em que a reportagem permaneceu no local,

não houve confusão. Do lado de fora, a Polícia Militar manteve uma viatura estacionada. Em nota, o Palladium disse que está adotando as "medidas necessárias" para garantir a segurança das pessoas que transitam no empreendimento.

Lojistas e seguranças avaliam que a ocupação do estabelecimento por parte do que classificam de "vileiros" ou de "manos" fugiu ao controle. Segundo eles, a aglomeração começa do lado de fora e, aos poucos, migra para dentro. Há relatos de que os adolescentes consomem drogas e bebidas alcoólicas — os populares "tubões" — e se envolvem em delitos.

"É furto, roubo e briga", resumiu o ambulante Omar Isquierdo. "Virou um inferno (...) Cliente nenhum quer vir a shopping pra ver 'mano'", completou a funcionária de uma loja de roupas.

Os consumidores, por sua vez, aprovaram a restrição, destacando a sensação de segurança. "Eu prefiro assim. Aqueles jovens — não todos, é claro — fazem uma bagunça terrível. Numa dessas, podem furar alguma coisa", afirmou o empresário Ronaldo Bittencourt.

25 JAN 2016

GAZETA DO POVO

CLAUDIO SLAVIERO

A favor da impunidade?

A “Carta aberta em repúdio ao regime de supressão episódica de direitos e garantias verificado na Operação Lava Jato”, ou “Carta Aberta dos Advogados”, como ficou conhecida, assinada por 105 profissionais da comunidade jurídica, tem recebido o repúdio da comunidade brasileira. Mais do que justificável.

Como brasileiro, fiquei muito preocupado, pois pela primeira vez em minha vida — e acredito que nunca antes na história deste país — vi o meio jurídico, ou pelo menos uma parcela diminuta dele, se manifestar a favor de pessoas “nada honestas”.

Incrível, porque, anteriormente, nunca causídicos nem sequer levantaram a voz ou esboçaram um manifesto coletivo, mobilizando-se a favor dos 600 mil presos (a quarta população carcerária do planeta, segundo o Ministério da Justiça) que padecem no destroçado sistema prisional brasileiro. Os brasileiros, às vezes na prisão sem culpa ou sufocados por impostos que são uma verdadeira condenação, ou por leis que aniquilam empresas e empregos, ou ainda vivendo sob a praga do crime organizado, nunca tiveram o respaldo de uma carta coletiva dos advogados como essa.

O rol de membros da comunidade jurídica alinhou um rosário de adjetivos contra o juiz Sergio Moro e a Operação Lava Jato. Escreveram, entre outras coisas, que os condenados “foram estampados de forma vil e espetacular”, em “atuação arbitrária” etc. Duvido que o juiz Moro e os integrantes do Ministério Público Federal sejam tão loucos ou irresponsáveis a ponto de colocar em risco suas biografias e suas carreiras, penalizando os suspeitos por simples capricho, agindo contra as leis e a Constituição, ou sendo contrários às normas jurídicas, julgando e prendendo equivocadamente “ilustres brasileiros”.

Como cidadão, considero uma afronta à inteligência da população a defesa de réus confessos, meliantes contumazes, que roubaram, saquearam, dilapidaram o patrimônio do Estado e ficaram impunes, muitos acoberçados pelo poder, frequentadores dos mais altos escalões da República, especialmente na última década. Pelo menos até a ação firme e determinada do Ministério Público Federal.

Agora, quando se tem a opção de punir bandidos e de lavar a alma dos brasileiros

pelo menos uma vez na vida (e difundir às crianças e à juventude que o crime não compensa), vêm ditos juristas defender os participantes do maior esquema de corrupção em toda a história deste país? É de se perguntar: e a lesão causada por esses criminosos aos direitos dos cidadãos brasileiros?

Acredito que os subscritores deste manifesto — graças a Deus, só 105 no universo de milhões de juristas brasileiros — estejam apenas defendendo interesses de seus clientes. Podem ter se indignado porque estavam sempre acostumados com a velha (e velhaca) impunidade que caracteriza nossa história. Este manifesto, que tem recebido o repúdio merecido, é uma agressão à lei e ao bom senso. Deveria, cada vez mais, ser repudiado pela sociedade brasileira.

Não tenho qualquer dúvida de que a maioria dos brasileiros é favorável ao desempenho da equipe da Lava Jato. Um Projeto de Lei Popular de Combate à Corrupção, de autoria do Ministério Público Federal, já conseguiu 1,2 milhão de assinaturas em todo o país (mais de 200 mil delas no Paraná); para que seja discutido no Congresso Nacional, faltam 300 mil assinaturas. Este contingente saberá dar a devida resposta àqueles que tentarem “melar” o trabalho elogiável do Ministério Público.

Claudio Slaviero, empresário, é ex-presidente da Associação Comercial do Paraná e autor de *A vergonha nossa de cada dia*.

23 JAN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-presidente do TJ, Nalini será secretário da Educação

Depois de 48 dias de indefinição, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou ontem que o ex-presidente do Tribunal de Justiça José Renato Nalini, de 70 anos, será o novo secretário estadual de Educação. Nalini prometeu “transparência” e “diálogo”.

Administração. Após 48 dias de vacância no cargo, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou ontem o ex-presidente do TJ José Renato Nalini para a Educação; sua maior missão será o diálogo com estudantes, o que já motivou a queda de seu antecessor

Para novo secretário, reorganização escolar 'poderia ter sido mais discutida'

QUEM É

JOSÉ RENATO NALINI

EX-PRESIDENTE DO TJ

● Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), José Renato Nalini atuou no Ministério Público e foi presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo no biênio 2014/2015. Foi presidente da Academia Paulista de Letras (APL). Quando jovem já atuou no Executivo, assumindo interinamente a Secretaria da Educação de Jundiaí, no interior, entre 1969 e 1973.

CONTINUA

23 JAN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ESTADÃO
•edu

Depois de uma indefinição por 48 dias, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou ontem o ex-presidente do Tribunal de Justiça José Renato Nalini, de 70 anos, como novo secretário estadual da Educação. Nalini chega à pasta com a missão de apaziguar o clima da rede após o movimento de ocupação de escolas contrário ao projeto de reorganização, que acabou suspenso. O desembargador prometeu “transparência” e “diálogo”. Ele afirmou também que a ação “poderia ter sido mais discutida”.

Desde o ano passado, Nalini era apontado como favorito entre os nomes que surgiram após a saída de Herman Voorwald, em 4 dezembro. O cargo passou a ser bastante disputado por tucanos e partidos aliados, por representar uma possibilidade de vitrine política.

Nalini teve como principais defensores na interlocução com Alckmin o secretário estadual da Segurança Pública, Alexandre de Moraes, e o secretário municipal de Educação, Gabriel Chalita. Mesmo compondo a gestão petista de Fernando Haddad, Chalita já integrou a equipe de Alckmin, com quem ainda mantém bom trânsito.

O desembargador vai comandar a maior rede pública do Brasil. São 3,8 milhões de alunos, 230 mil professores e mais de 5 mil escolas. O governo não divulgou quando ele assume oficialmente. Em entrevista ao **Estado** por e-mail, Nalini afirmou que o governador o convidou para o cargo, mas não fez recomendações específicas quanto ao modo de condução da pasta.

O novo secretário diz que acompanhou como “cidadão” as ocupações e tomou conhecimento mais direto quando os fatos chegaram ao Judiciário. “Há uma infinidade de aspectos nessas manifestações, como seu ineditismo; interesse de alunos e de pais, em relação a uma reorganização que poderia ter sido mais discutida. Mas também algumas sequelas constatadas, como vandalismo”, diz. “Minha intenção é ouvir todos os interessados. Ser transparente com eles e pedir parceria para o enfrentamento de questões que afetam a todos. Diálogo é uma vocação que levo a sério.” *(Mais informações nesta página).*

Desafios. Quase 200 escolas estaduais foram ocupadas no ano passado por alunos que eram contrários à reorganização anunciada pela gestão. O projeto previa o fechamento de 93 escolas e a transformação de 754 em unidades de ciclos únicos. O governo defendia que o modelo resultaria em melhoria na educação. A principal motivação dos estudantes, porém, foi a falta de participação nas decisões. O governo recuou do projeto, o que resultou na demissão de Voorwald.

Além de restabelecer o diálogo com as comunidades escolares, Nalini terá de superar desafios já existentes na rede, como a melhoria dos indicadores educacionais, a reformulação do currículo do ensino médio e a expansão do tempo integral. Ainda terá de lidar com a pressão pela valorização dos professores, que no ano passado ficaram sem reajuste. Tudo isso em um ambiente de crise econômica e orçamento menor.

Nalini diz que vai apostar no diálogo e na colaboração. “Vamos fazer com que a comunidade se motive e leve a sério o empenho para fazer com que o maior Estado-membro da Federação tenha a melhor educação do planeta”, diz ele.

O anúncio foi feito por Alckmin na manhã de ontem, em Santo Anastácio, na região de Presidente Prudente. Alckmin definiu Nalini como sendo um “homem com espírito público, extremamente interessado nas questões da Educação. Um homem do diálogo”. “Temos a absoluta confiança de que vamos dar um grande passo para melhorar a qualidade da escola pública de São Paulo”, disse o governador. / FELIPE RESK, ISABELA PALHARES e PAULO SALDAÑA

CONTINUA

23 JAN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ENTREVISTA

José Renato Nalini, novo secretário estadual da Educação



Destaque aos índices. 'Em alguns aspectos, somos os melhores do Brasil', afirma Nalini

'Educação é a chave para a mudança'

● O que o motivou a aceitar o convite para a secretaria?

Tenho 45 anos de atuação na Justiça. Mas nunca deixei de me interessar pela educação. Leciono desde 1969 e nunca parei. Penso que a educação é a chave para a mudança e para a solução dos problemas. É um desafio tentar contribuir, ainda que modestamente, para alentar aqueles que, heroicamente, fazem com que a educação paulista, a despeito de seu gigantismo e das complexidades de um Estado heterogêneo, tenha índices ótimos em

vários setores.

● O senhor é visto como um homem de diálogo. O que alunos e professores, que reivindicam reajuste salarial, podem esperar?

Tenho imenso interesse por ouvir, procurar entender, mudar de ponto de vista quando convencido. Manterei esse espírito e tenho a esperança de que chegaremos a bom termo, nada obstante a dramática situação econômico-financeira do Brasil nestes anos.

● Como o senhor avalia atual-

mente a educação no Estado de São Paulo?

Há vários índices muito favoráveis. Em alguns aspectos, somos os melhores do Brasil. Em outros, estamos nos primeiros lugares. As boas notícias, infelizmente, não são todas. Sempre pode melhorar. A receita: envolver a família, a sociedade, a universidade, todos os que puderem colaborar nessa missão que ultrapassa as fronteiras do governo. Educação é obrigação de todos. Não há quem não possa colaborar. /P.S.

23 JAN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Promotor paulista é denunciado por corrupção

Roberto Senise Lisboa teria tomado decisões favoráveis a rede varejista em troca de propina; ação atinge ainda advogado e ex-diretor da empresa

Alexandre Hisayasu

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Márcio Elias Rosa, ofereceu denúncia à Justiça contra o promotor Roberto Senise Lisboa por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Ele é acusado de receber R\$ 428 mil para tomar decisões favoráveis às Casas Bahia durante investigações sobre supostos crimes contra o consumidor. O então diretor-jurídico da empresa Alexandre Machado Guarita e o advogado Vladimir Oliveira da Silveira também foram denunciados.

Na peça, Elias Rosa diz que a quebra de sigilo bancário mostra que o dinheiro saiu das contas da empresa, passou pelo advogado e chegou até as mãos do promotor. Segundo as investigações, em 2009, Senise – então promotor do Consumidor – recebeu inquérito civil do Conselho Superior do Ministério Público contra as Casas Bahia com proposta de arquivamento, porque a empresa havia se comprometido a pagar R\$ 511.116,00 por danos causados aos consumidores por práticas abusivas realizadas na loja do Shopping Interlagos, na zona sul da capital. Entre as irregularidades estava a cobrança de um seguro obrigatório.

O chefe do Ministério Público Estadual (MPE) afirma que Senise passou a pedir que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) fosse estendido às demais lojas da rede, pois acreditava que a prática era comum. A investigação ficou com Senise durante um ano e meio sem que nada efetivamente fosse feito. Mas, em julho de 2011, ele jun-

tou outra investigação contra as Casas Bahia que tramitava em outra promotoria e marcou uma audiência com a empresa para propor novo TAC.

Foi nessa época, segundo Elias Rosa, que o então diretor do Departamento Jurídico das Casas Bahia contratou Silveira, que é seu amigo e do promotor. De acordo com a denúncia, os dois ofereceram propina para Senise, que a aceitou.

O promotor elaborou um novo TAC que atendia apenas aos interesses da empresa em prejuízo dos consumidores lesados. Nesse acordo, chamou a atenção da investigação o fato de Senise propor uma multa única de R\$ 1 milhão, caso a empresa descumprisse algumas das cláusulas, não importando o número de vezes. E, com relação a indenização de R\$ 511 mil referente a uma loja, não houve a multiplicação do valor em proporção ao número de lojas da rede.

Senise ainda atrasou o prazo para encaminhamento do novo TAC, juntamente com o pedido de arquivamento, para análise do Conselho Superior do Ministério Público. Isso, segundo Elias Rosa, permitiu que o promotor garantisse o recebimento da propina.

Parcelado. Em janeiro de 2012, Senise recebeu R\$ 428 mil em dinheiro, divididos em três parcelas. Foram dois pagamentos de R\$ 150 mil, nos dias 13 e 19, e o último de R\$ 128 mil ocorreu no dia 30. As investigações descobriram que Silveira fazia os saques na agência do Bradesco, que fica na Rua Riachuelo, no centro, perto do prédio do

MPE, acompanhado pelo promotor que, após receber o pagamento, ia até a agência do Banco Brasil, no edifício da promotoria, e o depositava na sua conta. Ele não declarou esses valores no Imposto de Renda.

Segundo a denúncia, o advogado Silveira emprestou sua conta bancária para receber o dinheiro das Casas Bahia como pagamentos de honorários advocatícios, a fim de esconder o verdadeiro motivo da ação. A partir daí, segundo Elias Rosa, o promotor tentou mudar o último TAC feito por ele e buscou mostrar uma postura mais dura contra a empresa. Ele propôs uma ação civil pública contra as Casas Bahia e pagamento de multa de mais de R\$ 170 milhões, mas não adotou medidas que garantissem o pagamento.

Por meio de nota, as Casas Bahia informou que não vai comentar o caso porque não está envolvida nas investigações e Guarita não trabalha mais na empresa.

O ex-diretor da empresa informou que vai esperar ser notificado para se pronunciar sobre a denúncia. Silveira não retornou os recados deixados com a secretária de seu escritório de advocacia. A assessoria de imprensa do MPE informou que Senise não foi localizado para falar sobre o caso.

23 JAN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Dá-lhe criatividade

Marco Aurélio Mello, do STF, bateu o martelo: aproveitará o carnaval para lançar uma “campanha” do recém-criado Instituto Uniceub de Cidadania, por ele presidido. Objetivo? Estimular os eleitores a votar, visando reduzir os níveis de abstenção no País.

A cruzada começa em Salvador, na Bahia, com uma inédita aliança entre o integrante do Supremo e... um puxador de trio: **Durval Lelys**, ex-Asa de Águia.

Brasil é notificado por violação contra jovens

Após denúncias de violência, tortura e tratamentos degradantes contra jovens do sistema socioeducativo do Ceará, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) notificou o governo brasileiro, determinando medidas cautelares que devem ser adotadas em até 15 dias para proteção e apoio aos jovens. A decisão atende a uma petição protocolada em março do ano passado por organizações de defesa da criança e do adolescente. O governo do Ceará disse estar adotando as medidas.

Justiça erra e mantém homem preso por 6 dias

O auxiliar de expedição José Delcio dos Santos, de 53 anos, ficou seis dias preso por um crime que não cometeu em consequência de um erro cometido pela Justiça do Acre. Um criminoso foi preso naquele Estado no ano de 2000, usou os documentos de Santos para ser fichado no sistema prisional e fugiu da cadeia. Santos foi declarado foragido da Justiça e acabou preso, em Osasco, na Grande São Paulo, quando foi tirar uma nova carteira de identidade. A Justiça revogou a prisão ontem.

O ESTADO DE S. PAULO

CARLOS AYRES BRITTO

A vida começa aos 40

24 JAN 2016

! 'Quem não pode
com o pote
que não pegue
na rodilha'

O dito popular de que a vida do ser humano começa aos 40 anos de idade não me parece algo meramente cerebrino. Não o tenho como uma proposição que se inicia e termina tão somente no intelecto. Descolada da realidade, portanto. Não! Penso tratar-se de uma observação empírica. A observação de que, nesse patamar das quatro décadas de vida, a pessoa humana passa a dar mostras de uma inflexão de qualidade em sua biografia. Opina com mais consistência sobre si mesma e o seu entorno existencial, tanto quanto assume as posturas intrinsecamente meritórias da sensatez, serenidade, ponderação, responsabilidade, abertura para o coletivo. Como que fechando, ainda que inconscientemente, as cortinas dos arroubos da mocidade e pondo os pés na soleira da maturidade. O que passa a traduzir o ganho de condições para uma otimizada parceria entre quociente emocional e quociente intelectual.

Por que assim? Bem, já ouvi muitas explicações para o fenômeno. A minha tem por base de inspiração o místico indiano que se tornou conhecido e admirado com o pseudônimo de Osho. Uma explicação que passei a desdobrar por conta própria e me permito resumir por esta forma: o alcance dos 40 anos de vida já se traduz em experiência o bastante para a percepção de distinções mais sutis sobre o que se passa do lado de dentro e também do lado de fora da gente mesma.

Uma dessas percepções mais refinadas é a de que tem prazo de validade a nossa casual condição de filho(a) de um casamento que nos foi exterior: o dos nossos pais. Casamento que responde pela originária trindade do pai, da mãe e do(a) filho(a), justamente. E se tem prazo de validade essa casual situação subjetiva de fruto de um casamento para o qual não fomos convidados (ninguém pediu para nascer), é porque uma nova trindade bate à nossa porta. A nova trindade do pai, da mãe e do(a) filho(a) de nós mesmos. Vale dizer, o indivíduo a celebrar um heterodoxo casamento interior, porquanto consigo mesmo. Única forma de a pessoa humana ter a chance de ascender a um tipo de unidade trina, ou de trindade una, porque todo indivíduo bem pode se tornar pai, mãe e filho(a) de si próprio.

Dá para concluir, então, que a vida fica mais fácil de levar para quem resume em si três pessoas. A tal unidade trina ou a trindade una. A significar o indivíduo a se sentir mais confiante em sua própria companhia, mesmo que não saiba por quê. O caso é de feeling, e não de reflexão. O sujeito a sentir que passou à superlativa condição de dizer: "Agora eu sou mais eu porque passei a dialogar com três pessoas que só querem o meu bem". Sem que essa maior confiança em si mesmo tenha que ver com o "Narciso acha feio o que não é espelho", de que fala Caetano Veloso na ge-

nial composição que é a música *Sampa*. Bem diferente, cuida-se de um tipo de confiança que impulsiona o indivíduo para aquele centro de si mesmo em que alegre e orgulhosamente convivem as mencionadas virtudes da serenidade, sensatez, ponderação, responsabilidade e abertura para o coletivo. Espécie de cadinho onde se tempera o aço inoxidável de um tipo de coragem que é tão destemor quanto criatividade para o enfrentamento de toda e qualquer crise de existência.

Esse verdadeiro link entre o maior tempo individual de pé na estrada e o ganho de maturidade do viajante bem se retrata no Direito de cada povo. A nossa Constituição, por exemplo, exige a idade mínima de 35 anos para o provimento dos cargos de cujo desempenho ela mais depende para se tornar "um corpo vivo" (ministro Marco Aurélio). Um efetivo instrumento de refundação do País em termos de democracia liberal, social e solidária ou fraternal. Caso, entre outros, dos cargos de presidente da República, senador, ministro do Supremo Tribunal Federal, procurador-geral da República, ministro do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal de Contas da União. Saltando à evidência que sobre os respectivos ocupantes recai uma expectativa social maior de conduta funcional compatível com o sobre-dito link.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

24 JAN 2016

Uma expectativa social maior que traz consigo uma tolerância menor para quem a frustra. Para quem não esteja à altura da sua mais grave investidura em função estatal de primeiríssimo escalão. Afinal, conforme ressaltou de outro sábio ditado popular, “quem não pode com o pote que não pegue na rodilha”.

Bem, todo esse arazoado em torno de uma idade que se presta como símbolo de maturidade é tão só no plano individual. Se algum préstimo ele tem, fica adstrito ao mourejar de cada pessoa nesta vida de “aquém-túmulo” (Guimarães Rosa). Não sei de estudo que mereça crédito quanto a um paradigmático tempo de maturidade de um povo. De um país. De uma nação. O que sei é de generalizada sabença, mas nunca é demasiado repetir. Amadurece mais rápido, com maior consistência e menores riscos de retrocesso um povo que se estrutura nos marcos de uma Constituição que mereça o triplo qualificativo de democrática: democrática quanto à formação dos seus elaboradores; democrática quanto ao seu processo de elaboração; democrática quanto ao seu conteúdo.

Em linhas gerais, a nossa preenche as três exigências. Está próxima dos seus 30 anos. Já nos amadureceu o suficiente para a percepção de tão sutis quanto fundamentais distinções. Cito algumas: 1) A legitimidade no plano da investidura dos cargos públicos é necessária, mas não suficiente, porque tem de se fazer acompanhar da legitimidade no plano do exercício; 2) o financiamento empresarial de campanhas eleitorais tipifica a mais temerária das parcerias público-privadas (a do poder econômico e do poder político), por se traduzir na mais forte ameaça à conquista da civilizada conciliação entre poder e pudor; e 3) país que se dá ao respeito jurídico é o que assegura à imprensa o direito de falar primeiro sobre as coisas e reconhece ao Judiciário o poder de falar por último.

24 JAN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Ordem nos 'rolezinhos'

Estabelecer um mínimo de disciplina e regras para os chamados "rolezinhos" que nos últimos meses vêm sendo realizados no Parque do Ibirapuera – depois que duas jovens foram estupradas no último deles, dia 17 –, além de aumentar a vigilância no local, é a única forma de tentar evitar que fatos como esse voltem a se repetir. E esse é um esforço que não cabe apenas ao poder público. Ele tem de ser dividido com os organizadores e participantes dessas festas de jovens – realizadas até agora informalmente, sem comunicação às autoridades – dos quais se espera um comportamento mais prudente, em seu próprio interesse.

Alguns passos nesse sentido já estão sendo dados, como uma primeira reunião entre representantes da Prefeitura, responsável pelo parque, da São Paulo Turismo (SPTuris) e dos que habitualmente organizam as festas, convocando os jovens pelas redes sociais. Na ocasião, além da suspensão de "rolezinhos" já previstos, ficou decidido que uma nova reunião será feita no dia 27 para tratar de um evento, dessa vez oficial, a ser realizado no parque em fevereiro. Esse é o momento adequado para refletir sobre esse tipo de reunião e os riscos que ele acarreta.

Eles não são pequenos, como mostram os casos daquelas duas jovens, uma de 16 e outra de 18 anos, que tiveram sua

repercussão ampliada por terem ocorrido no maior parque da cidade e funcionaram como um sinal de alerta. São bem conhecidas as características dessas reuniões e os perigos aos quais, na situação atual, se expõem seus participantes. Um dos que se dizem responsáveis pelo "rolezinho" do dia 17 diz que essas reuniões vêm sendo feitas no Ibirapuera há pelo menos três meses, com no máximo 2 mil pessoas.

Naquele dia, porém, estima-se que havia 12 mil pessoas e, por isso, segundo ele, não teve como controlar. Em primeiro lugar, nem mesmo com 2 mil pessoas haveria como os 59 agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) presentes naquele dia no parque exercerem um mínimo de controle sobre esse tipo de evento, no qual a espontaneidade sem limites costuma ser a regra. O que aconteceu naquele domingo já poderia ter acontecido antes.

Em segundo lugar, o salto de 2 mil para 12 mil pessoas mostra do que é capaz o já conhecido poder de mobilização das redes sociais – para eventos os mais diversos, de lazer a políticos – e dá ideia do tamanho do desafio que é lidar com essa nova realidade.

As medidas adotadas pela Prefeitura para tentar colocar um mínimo de ordem nos "rolezinhos" do Ibirapuera, antes mesmo do resultado da reunião do dia 27, vão na direção certa. O efetivo da GCM no local será dobrado. Isso pode aju-

dar a reduzir os riscos e demonstra interesse em impor limites às reuniões, mas está longe de resolver o problema. Outra, de maior importância, é exigir comunicação prévia à Prefeitura das reuniões daquele tipo a serem realizadas ali. Isso permitirá dar um mínimo de organização à festa e, como tudo indica que a GCM não poderá cuidar sozinha da segurança, apelar para a Polícia Militar.

Esse mínimo inclui fazer valer a proibição de bebidas alcoólicas no parque. Os organizadores dos "rolezinhos" asseguram que não vendem bebidas, mas reconhecem que "tem gente que já leva bebida de casa". O fato é que é público e notório que a bebida corre solta ali.

É preciso reconhecer realisticamente, porém, que nada disso bastará para prevenir novos casos de violência. Para tanto, é indispensável a ajuda dos participantes e, especialmente no caso dos menores de idade, também de seus pais. Não se pode invocar rigorosamente nenhum tipo de circunstância atenuante para a prática de ato sexual contra a vontade expressa das duas partes. O fato de a reunião se chamar "rolezinho do beijo" pouco importa.

Esse princípio não impede, contudo, que os jovens que participam de tais "rolezinhos" tomem os necessários cuidados para não se expor a riscos. Essa é a contribuição importante que se espera deles, com a ajuda de seus pais.

25 JAN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Juiz libera Lula de depoimento



A defesa do réu Alexandre Paes dos Santos, réu em ação da Operação Zélotos, decidiu dispensar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de prestar depoimento como testemunha na 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília. Após ser comunicado da desistência da convocação de Lula, o juiz Vallisney de Souza Oliveira deferiu a dispensa.

Lula compareceria à audiência hoje, mas seus advogados protocolaram pedido para que Alexandre dos Santos desistisse de exigir sua participação. Eles argumentaram que o ex-presidente já falou tudo o que sabe sobre o caso em depoimento anterior, do dia 6 de janeiro, na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília. ●

25 JAN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Carli só em 2026

A morosidade judicial brasileira pode fazer com que o processo envolvendo a família Yared e o ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho possa ter fim apenas em 2026. Essa é a previsão do procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná Rodrigo Chemim Guimarães.

23 JAN 2016

IMPACTO PARANÁ

ADIAMENTO DO JÚRI DE RIBAS CARLI FILHO DEIXOU UMA SENSAÇÃO DE FRUSTRAÇÃO!

Não foi apenas para a família.

Além dos familiares, a sociedade paranaense se sentiu frustrada.

Depois de sete anos, com jurados sorteados e há poucos dias de um júri popular que vinha sendo aguardado com a mais viva expectativa, veio a decisão.

Uma liminar concedida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, baseado na letra fria da lei, decidiu por suspender um júri que faria sentar perante a sociedade ali representada pelos jurados, o réu que já foi amplamente condenado pela maioria, ex-deputado Ribas Carli Filho.

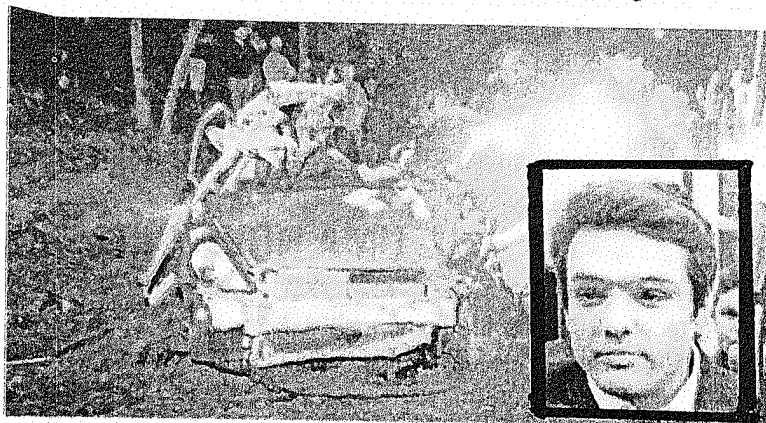
Responsável pela morte de dois jovens em um acidente de trânsito numa avenida da Ecoville, em 7 de Maio de 2009, o ex-deputado em estado de embriaguês provocou um terrível registro que matou dois jovens, esmagando-os entre as ferragens de um veículo menor, isto depois do parlamentar ter transformado o seu bólido com mais de 190 kms por hora, em uma verdadeira arma assassina.

Hoje, diante dos argumentos de uma defesa que explora, ainda, fatos que defende como verdadeiros, o ministro do STF com a desculpa de que o júri, se realizado, poderia ser perfeitamente anulado mais adiante, provocou uma decisão liminar que frustrou a sociedade em geral.

No ar, a imagem do advogado René Dotti deixou claro que o objetivo da defesa é provocar argumento capaz de convencer os jurados de que o verdadeiro culpado por aquela terrível tragédia não foi o ex-parlamen-



Gilmar e Christiane Yared



tar mas sim os dois jovens cujo veículo, inadvertidamente, invadiu a pista de corrida especial do ex-parlamentar que permitiu seu carro fosse transformado quase em um avião que decola e que caiu sobre o pequeno veículo onde estavam as vítimas fatais.

Onde já se viu dois jovens, na noite curitibana em que deveriam estar em casa com seus familiares, entrarem, inadvertidamente numa avenida que depois de certo horário se transforma em pista de corrida de privilegiados motoristas como o ex-parlamentar?

Que aliás, já tinha em sua carteira, dezenas, isso mesmo, dezenas de ponto acumulados por infrações que passavam do limite legal para continuar no uso da carteira de habilitação, e acabou, de forma quase fatal para si, impedido de prosseguir na sua treloucada corrida pela madrugada curitibana?

Os anos passaram, os argumentos se esgotaram, a própria sociedade virou mais entendida do que nunca em leis e subterfúgios usados pela defesa para salvar o acusado, e sete anos depois estamos, ainda, pendentes de uma decisão final a um acidente que, não fosse alguém poderoso e com mandato, certamente, já estaria há muito tempo cumprindo pena na cadeia.

Modificar as palavras doloso e culpado nesta altura é a principal meta de ambos os lados, com o tempo fazendo esquecer a tremenda repercussão da época do acidente quando a mãe de um dos jovens, Gilmar, a hoje

deputada Christiane Yared, promoveu uma das maiotres campanhas contra acidentes de trânsito de que se tem notícia neste país.

O número 190, que lembrava a velocidade do veículo usado pelo ex-parlamentar na hora do acidente, virou matéria de repercussão até internacional, enquanto hábeis advogados iam costurando, recurso a recurso, a possibilidade de evitar que o ex-deputado fosse levado a júri como qualquer outro responsável por um acidente.

Ficou claro para a sociedade paranaense, nacional e até mundial, que Ribas Carli Filho, não é um causador de acidente de trânsito comum.

Com o advogado Elias Mattar Assad, contratado pela família Yared, para auxiliar a Promotoria Pública neste caso, a repercussão do acidente fatal ocupou nestes sete anos várias páginas de jornais, revistas, horas de rádio e televisão, além das conversas e debates provocados pela repercussão da ocorrência.

Sete anos depois, tudo está caminhando para se iniciar novamente em termos de processo, sob pena de uma anulação mais adiante, enquanto o ex-parlamentar continuará, livre, leve e solto, percorrendo as ruas da sociedade na cara limpa como se fosse alguém que nunca provocou qualquer acidente fatal e com tanta repercussão.

Era isso que você imaginava depois de sete anos de impunidade a um registro denunciado como criminoso mas que habilmente vai transformando o culpado em vítima?

23 JAN 2016

IMPACTO PARANÁ QUE "SEGREDO DE JUSTIÇA" É ESSE?

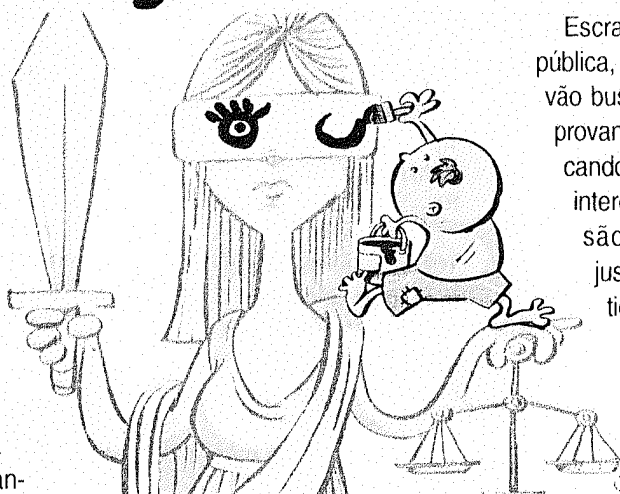
Esta expressão virou um verdadeiro deboche.

Depois que a Gazeta do Povo e a TV Paranaense, alimentaram acusações, sem provas explícitas senão a afirmação de algumas denunciadas, cujos interesses contrariados ainda não foram bem apurados, a oposição agradeceu a pauta e vem deitando e rolando, mais uma vez, contra o Governo Beto Richa.

E agora, também, contra o Poder Legislativo através de deputados citados como envolvidos em esquema criminoso cujas provas, contra os mesmos não foram, ainda, apresentadas devidamente.

Pelo menos para o público.

Contudo, as afirmações de algumas mulheres, laranjas de um esquema e que tiveram seus interesses contrariados, naturalmente porque os verdadeiros responsáveis pela estratégia não dividiram em partes iguais o resultados das



Escrachados perante a opinião pública, todos os nomes citados vão buscar a devida reparação, provando suas inocências e buscando saber, inclusive, a quem interessou quebrar esta decisão de "segredo de justiça" que, virou um autêntico deboche.

Tivesse o governo e o poder legislativo, inclusive, impedido que tais investigações prosperassem, e sobriam

propinas da corrupção, viraram prova contundente que, apesar do tal "segredo de justiça", explodiram na imprensa.

Qual o interesse nesse escracho que apontou, inclusive, o governador e seu irmão, o presidente e primeiro secretário da Assembleia Legislativa, além de outros, jogados a um saco de gatos que, ainda precisam provar devidamente a destinação dos resultados auferidos em propinas da corrupção que viraram moda na desculpa de uns e outros que eram verbas de campanha.

carradas de razões para que os os veículos de comunicação dos "herdeiros do Chiquinho e do Lemanski", abrissem as porteiças da própria Justiça para serem privilegiados com informações de cocheira que mostram, inclusive, trechos de depoimentos que, de acordo com o que anunciou, deveriam estar "sob segredo de justiça".

Uma situação preocupante, sem dúvida, pois até prova em contrário, "segredo de justiça" já era.

A expressão foi transformada em "deboche da justiça"

23 JAN 2016

IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA INTIMA REQUIÃO PARA RESPONDER SOBRE DESVIO DE R\$ 40 MILHÕES DE CONTRATO DOS PEDÁGIOS

Senador se defende e aponta responsabilidades para diretores do DER-PR, Tecpar e IBQP durante o seu governo - Fórum Nacional de Transporte diz que Requião é responsável pelos desvios.

A 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba conseguiu intimar o senador Roberto Requião (PMDB), réu na ação movida pelo Fórum Nacional de Transporte, que busca a devolução de R\$ 40 milhões (valores atualizados) pagos ao IBQP (Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade), em contrato sem licitação em 2004, para fiscalizar as estradas pedagiadas no Paraná.

"A citação dele (Requião) foi em novembro e ele já apresentou a con-

testação afirmando que os responsáveis por este contrato são os diretores do DER/PR, da Tecpar e IBQP, e não ele, chefe do executivo estadual. Esqueceu-se, todavia, que foi dele o decreto autorizando a liberação de tal contratação, que se operacionalizou, evidentemente, através dos órgãos inferiores a ele como o DER e o Tecpar", disse o coordenador do fórum, Acir Mezzadri.

Segundo a ação, Requião autorizou o contrato sem licitação, firmado através da Tecpar com a IBQP. Três aditivos ao contrato foram feitos entre as partes, Tecpar e IBQP. A ação pede tutela antecipada e o bloqueio de bens dos envolvidos (Requião, entre eles)

para garantir o ressarcimento dos recursos aos cofres públicos. O TCE (Tribunal de Contas do Estado), diz a ação, encontrou em 2007 irregularidades no contrato e apontou a devolução dos recursos desviados.

Improbidade - Na ação, o fórum pede a tutela antecipada "para o fim de autorizar o bloqueio de bens (móveis, imóveis, ativos bancários, etc) até o limite de R\$ 23.729.413,60, a fim de garantir futura execução do julgado".

A tutela é pedida, visto ao "risco de dano irreparável" pela possibilidade dos requeridos (Requião, Rocha Loures e outros) "dilapidarem seu patrimônio com o intuito de frustrarem ulterior execução de sentença".

